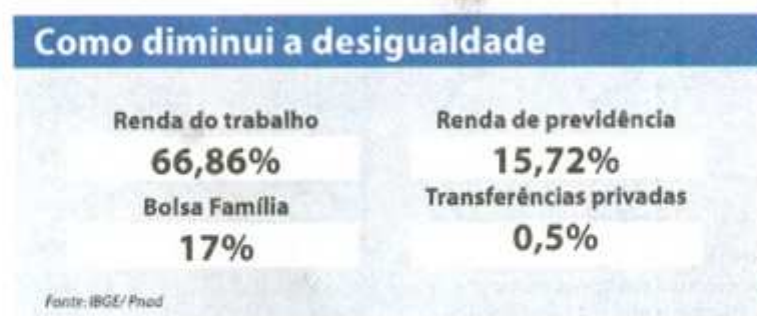


Geração de renda cresce 28% em 5 anos

O Brasil foi palco de intensa mobilidade social entre 2003 e 2008, com 31,9 milhões de pessoas subindo degraus na pirâmide, especialmente a partir da classe média, em direção às classes mais altas, A, B e C. Os dados foram compilados pelo Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas a partir do resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2008, divulgado na semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o pesquisador Marcelo Neri, a ascensão da classe média deveu-se basicamente ao fator trabalho e renda. O potencial de geração de renda familiar cresceu neste período 28,32%, bem mais do que o crescimento de 14,98% do potencial de consumo. Por potencial de consumo entende-se o acesso a bens, especialmente duráveis, como automóveis e eletrodomésticos; a serviços públicos, condições de moradia e tipo de família.

A migração social estendeu-se também à base da pirâmide. Programas de geração de renda, como o Bolsa Família, tiveram grande influência na re-



dução da classe E, a mais baixa. Saíram dessa categoria social 19,5 milhões de brasileiros, entre 2003 e 2008, o que corresponde a um enxugamento de 43%. Outros 20,9 milhões saíram das classes D e E e passaram a integrar a chamada classe média brasileira.

O resultado só não apresentou uma melhoria maior devido a questões de cálculo. Neri inclui a posse ou uso de celulares e computadores na rubrica de investimento e não de consumo. "Isso explica uma parte do aumento do potencial do produtor ter sido maior que o de consumo, mas acho que computador e celular aumentam a produtividade", explicou o economista-chefe do CPS. Neri, que, por conta de dados anteriores, esperava um crescimento do consumo superior ao da elevação da renda,

declarou-se surpreendido com o resultado.

Também entram no cálculo estatístico fatores como a inserção no mercado de trabalho; o nível de educação dos membros das famílias; a matrícula dos filhos em escolas públicas ou privadas, e o investimento em previdência. Na avaliação de Neri, "sementes plantadas na década de 90, como a estabilização, as reformas e o aumento do acesso à educação" podem ter contribuído para o aumento do potencial de geração de renda pelas famílias nesta década.

Dois terços da queda da desigualdade no País num período um pouco mais longo - entre 2001 e 2008 - podem ser explicados, na avaliação do economista, apenas pelo aumento da renda do trabalho. A desigualdade vem caindo paulati-

namente nos últimos anos, como mostrou a Pnad por meio da medição do índice de Gini. Por este sistema internacional de tabelamento, as sociedades são avaliadas por tabela de zero a um. Quanto mais próxima de zero, mais perfeita a distribuição. Pela Pnad de 2008, o índice de Gini brasileiro foi de 0,515. Em 2001, era 0,558.

"O valor do trabalho está aumentando", disse o economista. "Esta é a década da redução da desigualdade de renda e do aumento do emprego formal", concluiu a partir dos dados que mostram que, entre 2001 e 2008, a parcela formada pelos 10% mais pobres da população brasileira teve aumento de renda de 72,45%, enquanto os 10% mais ricos elevaram a renda em 11,37%.

Dentro dos programas sociais ele defendeu o Bolsa Família como o melhor para reduzir a desigualdade, "porque atinge realmente os mais pobres". Segundo a pesquisa do CPS, o Bolsa Família beneficia principalmente a classe E, enquanto o reajuste do salário mínimo é melhor para a classe D. Já o reajuste da previdência melhora especialmente a renda da classe AB. (AE)